

cos e biológicos, os trabalhos apontam para uma notável riqueza, que usualmente não é apreendida nos estudos epidemiológicos de orientação mais clássica.

Os estudos franceses talvez apresentem, por sua vez, um interesse particular para os nutricionistas, na medida em que trazem reflexões sobre o ambiente mais evidentemente orientado pela lógica biomédica, isto é, o hospitalar. São apresentados *aspectos* de ordem subjetiva e simbólica da alimentação em um momento tão singular como o do adoecimento, e no trabalho seguinte, algumas das mudanças observadas na dinâmica de administração hospitalar, em sua dimensão alimentar-nutricional. Ambos os estudos, em que pesem as particularidades do contexto francês, revelam dimensões por vezes surpreendentes, justamente onde mais caracteristicamente entende-se a alimentação a partir de critérios biológicos ou, no máximo, econômicos.

A última seção, intitulada *Diálogos das Ciências Humanas com a Nutrição*, inicia-se por um diagnóstico das disciplinas ligadas às ciências sociais e humanas nos cursos de graduação em nutrição no país, comparando-o à situação observada em instituições norte-americanas e inglesas. O capítulo representa uma oportuna e necessária reflexão sobre a formação dos profissionais nutricionistas e os limites impostos pelo paradigma biomédico. Os capítulos seguintes, escritos respectivamente por Rosa Wanda Diez Garcia, nutricionista, e Mabel Gracia Arnaiz, antropóloga, finalizam o volume e, com títulos muito semelhantes – *A Antropologia Aplicada às Diferentes Áreas da Nutrição e Aplicações da Antropologia à Nutrição: Algumas Propostas* – discutem de pontos de vista distintos as possibilidades de aplicação da perspectiva antropológica no campo da nutrição, ao mesmo tempo em que apontam para as dificuldades inerentes ao trabalho interdisciplinar.

A coletânea demonstra, de modo inequívoco, tratar-se a alimentação humana um objeto complexo e que, se pode ser analisado por diversas disciplinas, não se reduz às fronteiras de nenhuma delas. Por outro lado, o diálogo com a nutrição é talvez menos presente do que o título parece sugerir, e já no capítulo introdutório as organizadoras advertem o leitor de que o diálogo interdisciplinar não é consenso mesmo entre os autores que compõem a coletânea. Mas se isto pode parecer estranho a alguns, já que o próprio título do livro propõe a interdisciplinaridade, a dissonância que o mesmo comporta deve ser antes bem-vista. Afinal, ela reflete as vivas discussões de um campo caracterizado pelo dinamismo e pelas tensões, ambos resultantes da interação entre as diversas tradições epistemológicas, e demonstra o quanto ainda há por ser feito.

Concluindo, a despeito das dificuldades e desafios que o trabalho interdisciplinar apresenta, a obra cumpre o objetivo de seduzir o leitor, mostrando-lhe que os esforços nesta direção são compensados por uma significativa ampliação das possibilidades analíticas, e pela revelação de uma surpreendente riqueza de nuances desse fascinante objeto que é a alimentação humana. Trata-se, portanto, de uma leitura obrigatória para os interessados no tema.

Maurício Soares Leite
Departamento de Nutrição, Universidade Federal
de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
mauriciosleite@ccs.ufsc.br

DAR A VIDA E CUIDAR DA VIDA: FEMINISMO E CIÊNCIAS SOCIAIS. Scavone L. São Paulo: Editora Unesp; 2004. 205 pp.

ISBN: 85-7139-548-9

Em tempos nos quais a mídia apregoa um período pós-feminista em que supostamente as mulheres teriam conquistado tudo o que queriam e agora decidem, por livre e espontânea vontade, voltarem ao lar, é uma grata surpresa encontrar esta coletânea de textos de Lucila Scavone. A Professora Livre Docente em Sociologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) expõe, de forma científica e em linguagem clara, como a questão da escolha ou recusa da maternidade continua a ser crucial na luta pela emancipação das mulheres. Luta que apenas se inicia em todo o mundo, mas que, na sociedade brasileira, ainda enfrenta valores tradicionais que reduzem e obrigam as mulheres à maternidade.

Dar a Vida e Cuidar da Vida: Feminismo e Ciências Sociais apresenta a perspectiva feminista da sociologia frente aos saberes médicos nas questões da saúde reprodutiva e contracepção. O livro traz a questão da maternidade para a esfera do social por meio de análise de pesquisas bem documentadas que virão a interessar tanto acadêmicos quanto profissionais da saúde que lidam com políticas públicas.

Até poucas décadas atrás, poucos questionavam a idéia de que as mulheres eram destinadas a serem mães. A fórmula dominante de *tota mulier in utero* se assentava em um determinismo biológico para justificar uma posição subalterna das mulheres no conjunto das relações sociais (segundo Thomas Laqueur¹, é clara a associação entre saberes médicos com as visões dominantes sobre a mulher). Scavone mostra que, enquanto alguns defendem os supostos prazeres da maternidade – o que sempre foi um privilégio de classe –, a maioria das mulheres a vive também como uma forma de controle por parte dos companheiros e da sociedade. Ser mãe para elas ainda lhes lega mais responsabilidades do que aos homens e coíbe sua maior participação na vida pública. Assim, o ideal da mulher-mãe-dona-de-casa busca tornar natural e inelutável uma condição social mais complexa e difícil do que parece à primeira vista.

Nos últimos cinquenta anos, transformações sociais profundas tornaram o que parecia um fado inelutável em uma questão de escolha. A entrada no mercado de trabalho, as políticas de controle de natalidade e a conseqüente redução das famílias contribuíram para que se ensaiasse uma separação entre vida sexual e reprodução (sobre essas transformações, consulte Aran²). A maternidade deixou de ser vista como algo puramente biológico e passou a ser encarada como algo determinado pelo contexto social e histórico em que as mulheres vivem. Assim, o direito de escolher ser mãe ou não se tornou uma das mais importantes lutas do feminismo.

Apesar disso, até hoje, a maioria das políticas de controle ou incentivo da reprodução são implementadas como assunto estatal de forma que a saúde das mulheres é afetada por decisões alheias a seus interesses. Isso é mais evidente em países pobres ou em desenvolvimento como o Brasil, onde a difusão de métodos contraceptivos se deu com o objetivo de controle demográfico. O Estado, ao invés de informar e fornecer opções contraceptivas seguras para as ci-

dadãs, as desqualificou como capazes de escolha e decidiu por elas o que deveria ser feito.

Sem informação ou acesso aos melhores meios contraceptivos nem ao direito legal de interromper uma gravidez indesejada, as políticas públicas terminaram por incentivar a esterilização. O índice de esterilização feminina, em nosso país, está entre os mais altos do mundo, o que evidencia o paradoxo de uma sociedade que não trata suas mulheres como cidadãs conscientes e capazes de escolhas racionais, antes como subcidadãs tuteladas por um Estado que considera interromper a gravidez um crime.

O quadro é complexo, e, para torná-lo compreensível, Scavone inicia, com um panorama da história do feminismo e da forma como ele contribuiu para uma renovação temática, uma mudança de perspectiva e até mesmo um aprimoramento conceitual das ciências sociais contemporâneas, em particular na sociologia. Depois dessa introdução cuidadosa e didática, fornece uma história esclarecedora do conceito de saúde reprodutiva antes de adentrar nas questões dos direitos reprodutivos associados às políticas públicas de saúde.

Um dos feitos da obra é sempre conectar as reflexões sociológicas com o movimento social na análise de estudos empíricos, o que torna mais fácil o contato com as correntes do feminismo. Nos estudos de caso, encontram-se textos que abordam as questões da saúde reprodutiva no rico interior de São Paulo e também no mais pobre dos estados brasileiros, o Maranhão. A leitura comparativa desses textos que sintetizam pesquisas empreendidas durante mais de vinte anos revela a diversidade de condições socioeconômicas em que a questão da maternidade é vivida no Brasil. Salta aos olhos o interesse comum dessas mulheres de separar a reprodução da sexualidade, ter acesso à informação correta e completa, assim como também obter os melhores meios contraceptivos.

Um dos textos retrata a emergência dos termos saúde reprodutiva e direitos reprodutivos, o que permite entender como se deu o rompimento com o bieterminismo que marcava a abordagem da maternidade antes das lutas feministas. A centralidade dessa discussão, para a corrente mais conhecida do feminismo, repousava no fato de que ela era vista como a principal responsável pela *opressão feminina*, e a escolha por ser ou não mãe, crucial para conquistar a emancipação (p. 48). Infelizmente, o conceito de saúde reprodutiva foi institucionalizado de forma a apagar sua origem política e torná-lo útil para as políticas de controle populacional.

No capítulo sobre direitos reprodutivos, a socióloga mostra a imbricação entre políticas públicas de saúde e questões de gênero e raça/etnia ao abordar o alto índice de esterilização de mulheres no Brasil (p. 60-1). Diante da falta de informação ou acesso a meios contraceptivos eficientes e sem efeitos colaterais, muitas mulheres pobres (e, em nosso país, isso quase equivale a dizer negras) são submetidas ou até procuram a esterilização como último meio de contracepção. Paralelamente, entre mulheres de classe média e alta, a busca por novas técnicas contraceptivas (NTCs) busca atender as expectativas de maternidade em um contexto diverso. Apesar da diferença de classe social, algo unifica os extremos e cria um único quadro: “*da negação da maternidade (pela esterilização e pelo aborto) a sua afirmação (pelas NTCs), es-*

tamos diante de novos modelos de organização e estrutura familiar que, regulados pelas tecnologias médicas, pelas políticas de controle de natalidade (ou incentivo, nos países do norte), deixam pouco espaço para a expressão do desejo de cada mulher” (p. 66).

Ao discutir as novas escolhas e os antigos conflitos diante das novas tecnologias reprodutivas, Scavone sublinha a importância das condições sociais e subjetivas em que são experimentadas essas técnicas. É necessário lembrar que tais tecnologias interferem nas vidas das mulheres por meio do que há de mais íntimo e sensível: seus corpos e a forma como vivem sua sexualidade. Enquanto, em países como a França, a contracepção se tornou um direito conquistado graças às lutas feministas pelo direito de decidir, no Brasil, o acesso a meios contraceptivos se deu quase como imposição estatal para alcançar objetivos de controle demográfico (p. 72). Se as francesas demandaram meios contraceptivos e os escolheram, às nossas mulheres coube apenas a indução a utilizar os meios disponibilizados pelo Estado e sobre os quais detêm pouco ou nenhum conhecimento.

Em nosso contexto nacional, as técnicas contraceptivas foram uma ferramenta estatal para diminuir a taxa de natalidade, em particular, entre os mais pobres. É impossível não recordar a semelhança com os objetivos eugênicos e racistas que marcam o imaginário brasileiro do branqueamento (sobre a questão, consulte Stepan 3; sobre o caráter racial das políticas de contracepção norte-americanas, veja Ordover 4). Também é importante sublinhar o paradoxo de que as tecnologias contraceptivas são majoritariamente voltadas para as mulheres e seus corpos enquanto o controle permanece nas mãos de homens. Uma das razões para a manutenção desse poder masculino repousa nas resistências sociais às mudanças que vivemos na estrutura familiar. Por isso, Scavone também explora os laços que se estreitam entre poder médico e família.

A questão mais controversa – a interrupção da gestação – é discutida sob a ótica da sociologia, portanto como experiência estigmatizada socialmente e problema de saúde pública devido às condições socioeconômicas nas quais se inserem as mulheres que decidem não serem mães interrompendo a gravidez. A pesquisa, desenvolvida entre 1994 e 1998 na cidade de Araraquara, interior de São Paulo, evidencia o caráter fundamentado da decisão de abortar. As entrevistas mostram como as dificuldades econômicas se associam a uma ordem social em que a gravidez não é vista como responsabilidade do casal, antes como problema da mulher e, freqüentemente, um meio de dominação e controle masculino sobre as companheiras (p. 123).

Dessa forma, o aborto pode ser visto como recusa e resistência às condições sociais desfavoráveis em que se encontram as mulheres. Por causa de sua ilegalidade, elas são relegadas a serviços clandestinos que ameaçam suas vidas. Desprotegidas pelo Estado e enredadas em uma ordem social androcêntrica, suas escolhas são limitadas à subalternidade ou à afirmação de que seu corpo lhes pertence, algo que, em diversos países, é fato, mas que ainda só é possível, no Brasil, sob o risco de morrer.

Richard Miskolci
Departamento de Ciências Sociais,
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.
richardmiskolci@uol.com.br

1. Laquer T. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 2001.
2. Aran M. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. Revista Estudos Feministas 2003; 11:399-422.
3. Stepan NL. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.
4. Ordover N. American eugenics: race, queer anatomy, and the science of nationalism. Minneapolis: Minnesota University Press; 2003.

HEPATITE C: ASPECTOS CRÍTICOS DE UMA EPIDEMIA SILENCIOSA. Teixeira R, Martins Filho OA, Oliveira GC. Belo Horizonte: COOPMED/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005. 212 pp.

ISBN: 85-85002-80-0

Identificado apenas em 1989, o vírus da hepatite C representa um dos mais relevantes problemas de saúde pública nos dias atuais. O desenvolvimento de técnicas laboratoriais que permitem o seu diagnóstico, disponíveis desde 1992, tornou possível estimar em cerca de 170 a 200 milhões de infectados em todo o mundo. Duas características da sua história natural conferem à hepatite C uma enorme importância médico-sanitária: o longo período em que a infecção permanece completamente assintomática, fazendo com que o indivíduo não tome conhecimento dela e, portanto, não procure atenção especializada, e a sua capacidade de se tornar crônica em até 85% dos infectados, elevando o risco de desenvolvimento de complicações graves, como cirrose hepática e câncer de fígado. Não sem razão, a hepatite C vem sendo apontada como a mais importante pandemia desse início de século 21, sendo responsável já pela maioria dos casos de transplantes de fígado em inúmeros países.

A despeito de toda essa importância, persiste ainda um considerável grau de desconhecimento acerca dessa moléstia, tanto entre a população geral, como, até mesmo, entre profissionais da saúde. Nesse contexto, são muito bem-vindos os textos que detalhem a doença e procurem esclarecer os seus múltiplos aspectos, contribuindo para disseminar conhecimentos úteis à sua prevenção e à redução dos seus danos. É exatamente esse o papel desempenhado pela excelente obra intitulada *Hepatite C: Aspectos Críticos de uma Epidemia Silenciosa*. De autoria de Rosângela Teixeira, da Universidade Federal de Minas Gerais, e de Olindo Assis Martins Filho e Guilherme Corrêa de Oliveira, ambos do Centro de Pesquisas René Rachou, a obra congrega a participação de 31 profissionais de diferentes áreas do conhecimento, resultando na mais abrangente revisão sobre a hepatite C já publicada em língua portuguesa.

Composto por 18 capítulos, o livro se inicia por uma revisão de aspectos epidemiológicos da doença e dos seus impactos na saúde pública. Nessa parte, enfatiza-se o contato com sangue contaminado como o grande fator implicado na transmissão e se destaca a existência de grupos preferenciais de risco, representados pelos usuários de drogas injetáveis, hemofílicos, indivíduos infectados pelo HIV, pacientes em hemodiálise, população encarcerada, vítimas de

acidentes perfuro-cortantes e recipientes de sangue e hemoderivados. Ainda no que diz respeito aos aspectos epidemiológicos, um capítulo inteiro é dedicado à questão da hepatite C em odontologia, no qual se chama a atenção para o risco mais elevado a que estão sujeitos os profissionais dessa área.

O capítulo relativo aos métodos moleculares aplicados ao diagnóstico da doença faz uma breve revisão da estrutura do genoma do vírus hepatite C e detalha os procedimentos e vantagens das técnicas qualitativas, quantitativas e de genotipagem.

O processo de fibrose hepática é abordado em dois capítulos. No primeiro deles, descrevem-se as suas alterações morfológicas e funcionais, discutem-se os papéis representados pela ativação das células hepáticas estreladas, pelo sistema imune e pelo sistema renina-angiotensina na gênese do processo e tecem-se considerações sobre as possibilidades atuais e futuras do tratamento antifibrótico. No segundo, abordam-se os aspectos evolutivos da fibrose hepática na hepatite C crônica, com destaque aos fatores do hospedeiro que se associam à progressão, bem como aos sistemas de classificação utilizados, que se baseiam na atividade histológica e no estágio da fibrose.

Os aspectos imunológicos relacionados à infecção pelo vírus da hepatite C são detalhadamente revistos em diferentes capítulos, no que diz respeito tanto aos mecanismos de imunidade celular e humoral ativados em resposta ao agente agressor, como ao papel do complexo maior de histocompatibilidade na evolução da infecção e da doença.

Destaque especial é dado a algumas manifestações extra-hepáticas da hepatite C, abordadas em três capítulos específicos. Em um deles discute-se a crioglobulinemia mista, partindo de uma revisão sobre classificação de crioglobulinas e cobrindo os métodos para sua detecção, significado clínico e características dos auto-anticorpos e imunocomplexos presentes na infecção crônica, principais manifestações clínicas e abordagem terapêutica. Em outro, abordam-se as manifestações cutâneas, tanto as associadas à hepatite C crônica, com destaque para a porfiria cutânea tardia e o líquen plano, como aquelas decorrentes do próprio tratamento da moléstia. Um terceiro capítulo sobre manifestações extra-hepáticas dedica-se a um assunto geralmente pouco valorizado em publicações relativas à hepatite C, qual seja o aparecimento de achados bucais. Nele, são discutidas as possíveis associações da doença com o líquen plano oral, as sialoadenites, o câncer bucal e a síndrome de Sjögren, além de outras menos estudadas, como a doença de Behçet e o eritema multiforme.

A importante questão da hepatite C em portadores de insuficiência renal crônica submetidos a hemodiálise é detalhadamente discutida em um capítulo específico, no qual se abordam os aspectos epidemiológicos e a história natural da infecção entre esses pacientes, as limitações da utilização das enzimas hepáticas ALT e AST para diagnóstico e acompanhamento, os aspectos clínicos e as medidas recomendadas para o controle da transmissão em unidades de diálise. No mesmo capítulo, faz-se uma revisão dos achados patológicos renais secundários à hepatite C crônica e discutem-se opções terapêuticas na busca de resposta virológica sustentada.

Outro capítulo aborda as possíveis manifestações pulmonares associadas ao tratamento da hepatite C